

A transcendência das reformas

- 7 JUN 1996

JÚLIO REDECKER*

A recente afirmação do senador Élcio Álvares, líder do governo na Casa, de que "a fase do Real já passou" provoca reflexões sobre os propósitos do presidente Fernando Henrique Cardoso, que se elegeu e tomou posse com base não só na mudança do nome da moeda e na contenção da espiral inflacionária. Havia no discurso do PSDB a promessa de promover fundas transformações, as chamadas reformas que incluíam desestatização da economia, enxugamento da máquina burocrática e outras iniciativas que despertaram na sociedade esperanças de que o Brasil pudesse avançar interna e externamente até a virada do século.

Se do discurso e dos debates que ele comprehende nascessem soluções, o Brasil seria uma das maiores e mais modernas potências capitalistas do planeta lá por meados do século 21, mas como da teoria à prática o caminho é longo e tortuoso, o que vemos é cada vez mais conversa e menos ação, seja por parte do governo, seja por parte do Congresso que, bem ou mal, espelha a sociedade e, por isto, muitas vezes se sente de mãos amarradas para promover as mudanças que se fazem necessárias.

Apesar de o tempo correr contra nossas hesitações e nossos paradoxos, não há uma ânsia nacional em transformar coisa alguma, a julgar pela morosidade com que são tratados os te-

mas mais urgentes da modernização brasileira. De um lado, há no Executivo pouca determinação de mudar as estruturas institucionais e, de outro, persiste um Congresso Nacional (notadamente a Câmara) ecoando corporativismos os mais diversos.

As reformas tributária, administrativa e previdenciária, essenciais ao avanço institucional, são exemplos evidentes dessas hesitações brasileiras. A primeira delas era tida, até há pouco, como o primeiro passo, mas foi deixada de lado pelo governo, por ser a mais complexa e que exigiria maior esforço dentro do Congresso para vingar. Optou-se, assim, pelas duas outras, mas sem qualquer respaldo, discussão prévia, participação da sociedade. Estão como estão, malparadas na Câmara, ao sabor dos já citados corporativismos. Enquanto isto, os parceiros externos do Brasil mantêm paciente expectativa de que um dia as coisas mudem por aqui, propiciando, enfim, nosso ingresso na economia mundial.

Não é à toa que a estabilização da moeda, que se dá à custa do arrocho sobre a atividade industrial e, portanto, do desemprego, não consegue controlar os juros estratosféricos. O Real pressupõe, desde sua implantação, as reformas que tanto demoram e como elas não vêm, temos do outro lado da moeda (sem trocadilho), uma economia na qual um quarto do PIB é obra da economia informal, 31% do mesmo

PIB representam a carga tributária cobrada pelo governo e metade da mão-de-obra estimada em 60 milhões de pessoas não tem carteira profissional assinada nem usufrui de benefícios trabalhistas.

Fala-se muito em custo Brasil, em dívida interna e outros monstros que assombram, mas pouquíssimo se faz para dimensioná-los — quer dizer combatê-los. Tentativas como a privatização de empresas estatais esbarram no patrimonialismo ancestral que tem nos sindicatos e associações corporativas sua principal voz e quando se realiza um leilão de empresa estatal uma considerável parcela de seu controle passa para as mãos de fundos de pensões de outras estatais, mantidos em boa parte pela União, num círculo vicioso aparentemente impossível de ser rompido.

Padecemos, ainda, no limiar do terceiro milênio, de febres adolescentes e juvenis xenófobas do tipo *yankees, go home e o petróleo é nosso!*. Francamente, não é preciso esposar as idéias do professor Roberto Campos para constatar o atraso destas, digamos, *palavras de ordem*. O que realmente é preciso é que o governo como um todo (Executivo, Legislativo e Judiciário) pare de se comportar como departamentos autônomos, repúblicas independentes, para trabalharem em prol do que o Brasil mais necessita hoje.